

BRASÍLIA DEBATE

Projeto pedagógico ou paternalista? Bolsa-Escola divide opiniões e causa polêmica entre governo e oposição

Uma aposta no presente, que garante a permanência das crianças na sala de aula, é a aposta do secretário-adjunto de Educação e coordenador do Programa Bolsa-Escola, Paulo Vale. E segundo o governador Cristovam Buarque,

esse é um projeto de quem pensa na próxima geração, e não na próxima eleição. Para a ex-secretária de Educação do DF, Eurides Brito da Silva, entretanto, a maior taxa de desemprego nos últimos tempos, 16,8%, o que corre-

sponde a 134.400 desempregados, justificaria um outro tipo de iniciativa assistencial e financeira. "Não seria o caso", dia ela, "de o GDF aplicar o projeto de Renda Mínima do senador Suplicy, que tem maior alcance social?"

Evasão e aprovação

Paulo Vale

A Bolsa-Escola deixou de ser apenas uma proposta inovadora na área educacional para se tornar um programa de reversão das taxas de evasão e repetência entre os alunos carentes da rede pública. Os resultados atestam esta afirmação. Dos 12.095 alunos beneficiados em 1995, apenas 20, ou 0,2%, abandonaram a escola ao longo do ano letivo.

Em 1994 (os dados deste ano só virão com o censo escolar em andamento) a taxa global de evasão no ensino fundamental (1ª a 8ª série) foi de 7,4%. Nas regiões onde existe maior concentração de famílias socialmente excluídas, justamente onde a Bolsa-Escola está sendo implantada, este índice tende a ser bem mais elevado.

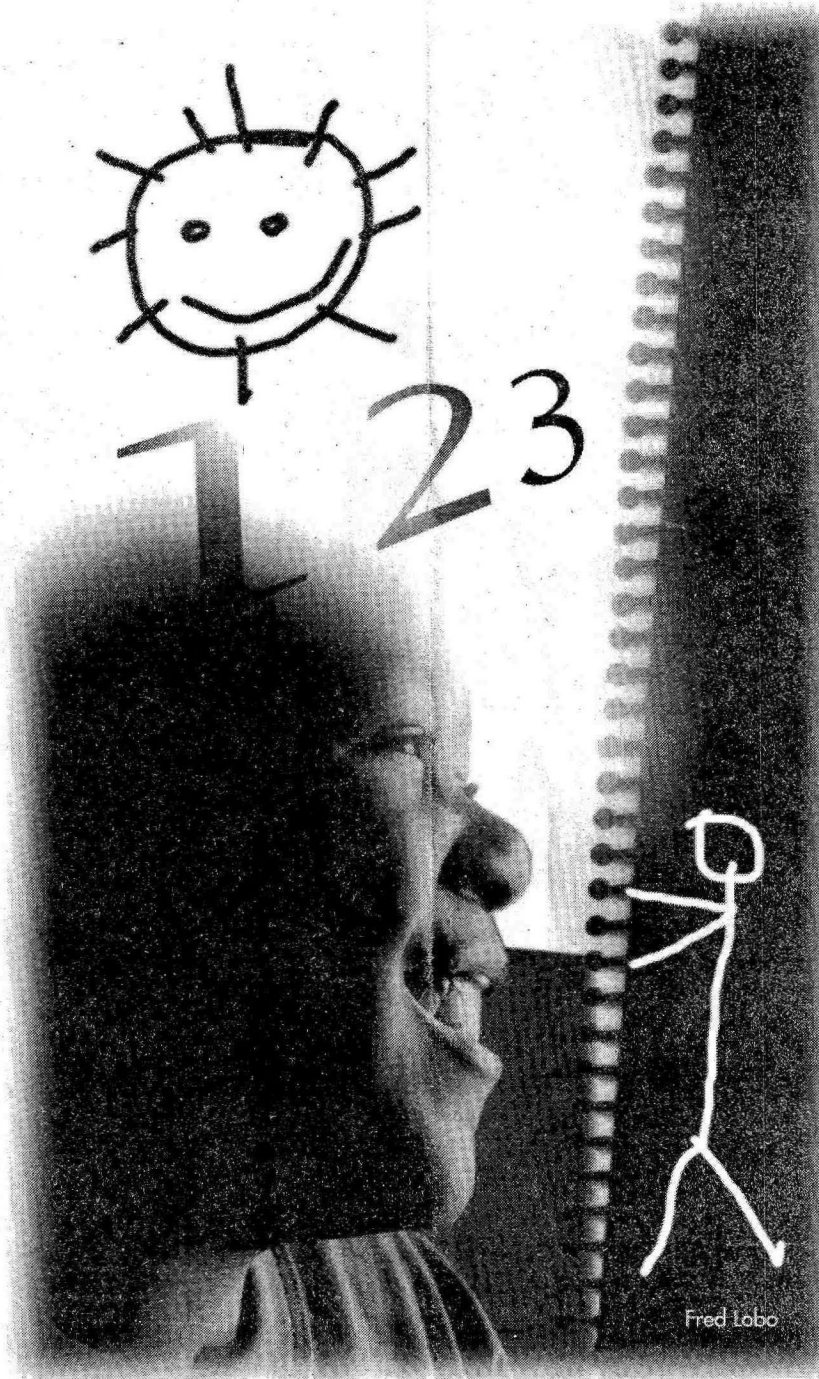
Pensado para colocar e manter todas as crianças na escola, o programa tem se mostrado também eficaz no combate às altas taxas de repetência da escola pública. O índice de aprovação entre os alunos da Bolsa foi de 79,8%, quase dez pontos percentuais acima do índice de rendimento da rede em 1994, que foi de 70,2%. Em algumas escolas do Paranoá, onde o programa completa um ano em abril, as taxas de aprovação escolar chegam a 85%. Com a criação recente da Poupança-Escola, que premia com um depósito anual de um salário mínimo os alunos que passarem de ano, pretendemos incentivar ainda mais a cultura do sucesso nas nossas escolas.

Os resultados relativos às taxas de evasão e aprovação dos alunos da Bolsa-Escola por são suficientes para justificar um programa que custa menos de 1% do orçamento do Distrito Federal e que, no momento, atende cerca de 29 mil alunos em sete cidades, beneficiando 14.786 famílias de baixa de renda com um salário mínimo mensal.

Mas, além de ser uma proposta educacional de comprovado sucesso, a Bolsa-Escola é um programa de compensação social, com alguns, digamos, bons "efeitos colaterais": redução das desigualdades sociais através da transferência direta de renda para setores excluídos da sociedade; aquecimento de mercados periféricos, mediante o aumento do consumo daqueles setores sociais; e, talvez o mais importante, atuando como ação preventiva para evitar o desvio precoce de crianças e jovens para o mercado de trabalho ou para as ruas.

A Bolsa-Escola é uma aposta no presente, ao garantir a permanência das crianças na sala de aula, proporcionando melhor desempenho. É também uma aposta no futuro, ao evitar que estas mesmas crianças busquem nas ruas uma alternativa de sobrevivência. Como gosta de lembrar o governador Cristovam Buarque, é um programa de quem pensa na próxima geração, e não na próxima eleição.

■ Secretário-adjunto de Educação e coordenador do Programa Bolsa-Escola



Aula ou renda mínima?

Eurides Brito da Silva

O programa Bolsa-Escola do governo do Distrito Federal declara como objetivo "levar todas as crianças à escola", atraindo as que têm que trabalhar e aquelas cujas famílias "não dão importância à educação".

Segundo os últimos dados do MEC e do IBGE, em 1991, 98,1% das crianças do DF de 7 a 14 anos estavam na escola, número superado só por São Paulo (99,0%). Coerentemente, apenas 5,5% das crianças de 7 a 14 anos no Distrito Federal trabalhavam (1990), um dos menores percentuais do Brasil, cuja média era de 12,2%.

Como podemos verificar, já em 1990 quase todas as crianças da capital do país estavam matriculadas e poucas trabalhavam. Mais ainda, ao contrário da expectativa, apenas 0,5% dos alunos do ensino fundamental do DF (1º grau) se afastaram por abandono (1993), o que significa uma "ilha" em temos de Brasil, principalmente se considerarmos que o segundo colocado foi o Rio de Janeiro com 5,9%.

Até aqui nenhuma surpresa, pois as pesquisas constataram, há mais uma década, que os pais, no Brasil, insistem em manter os filhos na escola em média até os 13 anos de idade. No entanto, o grande drama não é evasão ou a necessidade de trabalhar, mas a reprovação pela escola. Com efeito, por muito tempo se supôs que a miséria levava a criança a sair da escola, quando, na verdade, o problema

está dentro desta, no fracasso por esta produzido. Mesmo os evadidos permanecem matriculados em média por 6,5 anos no Brasil antes de desistirem. Comparando os dados acima com os objetivos propostos para o programa, percebe-se uma dessintonia. Aqui, as crianças já iam à escola. O governo do DF, contudo, ao implantar o programa da Bolsa-Escola, desativou dois projetos do governo anterior os quais, sem custos adicionais, ajudaram a trazer o restante das crianças da faixa de 7 a 14 anos para a escola e contribuíram para que nela elas permanecessem. Refiro-me aos projetos "A Escola Bate à sua Porta" e "Visitador Escolar", que executados no biênio 1993/1994, com a participação voluntária de 5.200 pessoas das comunidades de todo o DF, criaram condições para que nenhuma criança ficasse sem escola.

Atingimos hoje, a maior taxa de desemprego nos últimos tempos, 16,8%, o que corresponde a 134.400 desempregados. Não seria o caso de, o GDF, em caráter emergencial, aplicar o projeto de Renda Mínima do senador Suplicy, que tem maior alcance social? Estaria, assim, sendo solucionado, também, o problema dos pobres excluídos da Bolsa-Escola e que não são poucos.

■ Ex-deputada federal e ex-secretária de Educação do DF